

Eleições Municipais e Educação Política no Espaço Local: Um Estudo de Caso das Eleições de 2024 em Ferreiros-PE no Ensino de Geografia

Vanize Maria Gomes da Silva ¹

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de examinar o potencial das eleições municipais como ferramenta educativa no ensino de Geografia, ressaltando a importância da Educação Política na formação de cidadãos. A pesquisa se concentra no município de Ferreiros-PE, situado na Zona da Mata Norte de Pernambuco, que em 2024 passou por eleições consideradas históricas, destacadas pela reeleição do prefeito com a maior votação já registrada e por uma acentuada polarização política. A metodologia empregada é de natureza qualitativa, fundamentada em entrevistas com os principais candidatos da eleição, análise de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e observação da dinâmica sociopolítica da região. Com base nesses dados, é proposta uma sequência didática que relaciona o conteúdo geográfico, com ênfase no território e no espaço urbano, às discussões sobre cidadania e participação política, integrando o currículo escolar à realidade dos alunos. O referencial teórico utiliza autores como Carlos (1999) e Raffestin (1993), que discutem o espaço como resultado das interações sociais e políticas. A pesquisa conclui que, ao empregar exemplos concretos e relevantes para a vida dos estudantes, como o processo eleitoral local, é viável promover o pensamento crítico, a compreensão do espaço geográfico e o envolvimento dos jovens na formação de uma sociedade democrática.

Palavras-chave: Geografia; Educação Política; Juventude; Eleições Municipais; Ferreiros-PE.

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia, ao propor o estudo do espaço geográfico como produto das relações sociais, políticas e econômicas, contribui para que o estudante compreenda o território como um campo de poder e de práticas sociais. Nessa perspectiva, a Educação Política assume papel essencial na formação cidadã, pois estimula o pensamento crítico e a compreensão da realidade vivida. Para Raffestin (1993), o espaço é uma construção política, resultado das interações humanas e das disputas que nele se manifestam. Assim, integrar a dimensão política ao ensino de Geografia permite relacionar o conteúdo escolar ao cotidiano dos alunos, fortalecendo a consciência social e o sentimento de pertencimento ao território.

¹ 1 Graduada pelo Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade de Pernambuco - UPE



O estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, envolvendo a análise dos boletins de urna disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e uma entrevista com o prefeito reeleito. A investigação buscou compreender como o processo eleitoral e o contexto político local podem ser explorados como recursos pedagógicos no ensino de Geografia, fortalecendo o papel da escola na construção da cidadania.

Os resultados indicam que a realidade política de Ferreiros oferece um campo fértil para o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à Educação Política no ensino de Geografia. Ao trabalhar o processo eleitoral como objeto de estudo, o professor possibilita que os alunos compreendam o território como expressão das relações de poder e cidadania, conectando teoria e prática.

Conclui-se, portanto, que a inserção das eleições municipais no contexto pedagógico contribui para tornar o ensino de Geografia mais significativo, ao aproximá-lo das experiências vividas pelos estudantes. O caso de Ferreiros-PE demonstra que a política local pode ser um instrumento eficaz de aprendizagem e reflexão, promovendo o pensamento crítico e o compromisso com a democracia.

A pesquisa desenvolvida possui abordagem qualitativa e descritiva, voltada à compreensão do processo eleitoral de 2024 no município de Ferreiros-PE e de suas potencialidades como instrumento pedagógico no ensino de Geografia. A escolha dessa



abordagem se justifica pela necessidade de interpretar fenômenos sociais e políticos a partir da realidade local, valorizando as percepções e experiências dos sujeitos envolvidos no processo.

Os procedimentos metodológicos adotados incluíram a análise documental, a entrevista semiestruturada e a observação direta. A análise documental foi realizada com base nos boletins de urna disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que permitiram compreender a distribuição dos votos por seção eleitoral e identificar padrões territoriais de votação. Esse levantamento possibilitou observar o comportamento político da população ferreirense e correlacionar os resultados com as áreas de maior participação social.

A entrevista semiestruturada foi conduzida com o prefeito reeleito de Ferreiros, como pode ser observado na **Figura 1**, e teve como objetivo compreender, sob a perspectiva do gestor, os fatores que contribuíram para o reconhecimento popular de sua gestão. A entrevista abordou temas como escuta da população, políticas de aproximação com a comunidade e incentivo à participação dos jovens na política local. A coleta de dados foi realizada mediante autorização prévia do entrevistado, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica.

Figura 1 – Entrevista com o prefeito reeleito de Ferreiros-PE, 2024.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2025).

Além disso, o estudo realizou uma análise dos boletins de urnas coletados pelo TSE nas eleições de 2024, com o intuito de analisar como foi a votação em cada colégio eleitoral.



REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo fundamenta-se nas discussões sobre participação popular, legitimidade política e gestão democrática, que vêm ganhando destaque no debate sobre a consolidação da democracia no Brasil. A partir da Constituição Federal de 1988, o país fortaleceu mecanismos de participação social e descentralização administrativa, abrindo espaço para a criação de conselhos, conferências e formas de diálogo entre Estado e sociedade civil. Esse movimento, segundo Avritzer (2009), representou uma tentativa de superar o modelo de democracia meramente representativa, introduzindo práticas de democracia participativa que permitem à população atuar de forma mais direta nas decisões públicas.

Nesse contexto, a escuta popular emerge como uma prática essencial de aproximação entre o poder público e o cidadão. Mais do que um gesto simbólico, ela representa uma estratégia de governança participativa, na qual as decisões são construídas coletivamente a partir das demandas reais da comunidade.

Boaventura de Sousa Santos (2002) aponta que a democracia participativa só se efetiva quando o Estado reconhece os cidadãos como sujeitos de direitos e saberes, capazes de contribuir para a formulação de políticas públicas que atendam às suas necessidades concretas.

Segundo Habermas (1997), a legitimidade política não se estabelece apenas pelo voto, mas pela capacidade do governante de manter um diálogo contínuo com a sociedade, fundamentado na comunicação e na racionalidade pública. A esfera pública, conforme o autor, é o espaço onde se formam as opiniões e vontades coletivas, e onde o Estado deve buscar a validação de suas ações. Dessa forma, a escuta pública é o mecanismo que transforma o exercício do poder em uma relação de reciprocidade e confiança.

Para Carole Pateman (1992), a democracia participativa é um processo educativo, em que o envolvimento dos cidadãos nas decisões públicas fortalece a cultura política e a consciência coletiva. Esse processo é essencial em municípios de pequeno porte, como Ferreiros (PE), onde a proximidade entre gestor e população permite uma comunicação mais direta e efetiva. O diálogo constante, aliado à devolutiva das demandas, constrói o sentimento de pertencimento e reforça o reconhecimento político do líder. A prática da escuta, quando inserida de forma



sistemática na gestão pública, assume o papel de instrumento de legitimação social do poder político.

De acordo com Bobbio (2000), a legitimidade de um governo depende do reconhecimento da população de que o poder é exercido de forma justa e representativa. Nesse sentido, a gestão municipal estudada demonstra um modelo de administração que se legitima não apenas pelo voto, mas pela confiança construída através da escuta contínua e da presença ativa do gestor nas comunidades.

O caso de Ferreiros, portanto, insere-se em uma perspectiva de democracia de proximidade, onde o gestor atua não como figura distante, mas como parte do cotidiano social. Essa forma de fazer política dialoga com o conceito de governança relacional, defendido por Pierre (2000), segundo o qual as políticas públicas mais eficazes são aquelas que resultam da cooperação e da interação entre governo e sociedade.

Assim, o reconhecimento da gestão não é apenas resultado de estratégias eleitorais, mas de uma construção de legitimidade participativa, na qual a população reconhece a escuta como símbolo de respeito, empatia e compromisso público.

Portanto, a base teórica desta pesquisa parte do entendimento de que a escuta popular constitui um eixo estruturante da legitimidade política e do fortalecimento da democracia local, revelando que a participação cidadã, quando praticada de forma contínua e efetiva, é capaz de redefinir as relações entre governantes e governados, consolidando uma nova cultura política fundamentada na confiança e na corresponsabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa foram organizados em três categorias analíticas principais: a participação cidadã nas eleições municipais, a escuta popular como instrumento de legitimidade política e as potencialidades pedagógicas da geografia eleitoral no ensino básico. A análise integrou dados obtidos por meio de entrevistas com o prefeito reeleito de Ferreiros-PE, de informações públicas disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da observação da dinâmica sociopolítica local durante e após o pleito de 2024.

1. Participação cidadã e mudança no comportamento eleitoral

Os boletins de urna e relatórios do TSE apontaram um aumento significativo da participação dos eleitores em comparação com as eleições de 2020. Essa ampliação da participação indica um avanço na consciência política local, o que reforça a ideia de



Pateman (1992) de que a democracia participativa é um processo educativo, no qual o envolvimento direto fortalece o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Ao relacionar esses dados ao ensino de Geografia, observa-se que a compreensão dos territórios eleitorais pode ser utilizada em sala de aula para discutir as formas de organização política do espaço, conforme propõe Raffestin (1993), ao compreender o território como produto das relações de poder e de práticas sociais.

2. A escuta popular e a legitimidade do poder local

A entrevista com o prefeito reeleito revelou que a escuta ativa da população foi um dos principais fatores de reconhecimento e aprovação de sua gestão. Segundo o gestor, “Nosso crescimento de 2020 para 2024 se Deus através de uma gestão mais próxima do povo, da realidade do povo, ouvindo as pessoas no dia a dia de cada cidadão, ouvindo as demandas e tentando trazer as soluções para essas demandas ”. Essa fala reforça o conceito de Habermas (1997) sobre a legitimidade comunicativa, na qual o poder político se sustenta pela capacidade de diálogo entre governo e sociedade.

A partir das falas coletadas e do acompanhamento das ações municipais, observou-se que a gestão local desenvolveu práticas constantes de escuta nos bairros e comunidades, o que resultou em políticas públicas mais aderentes às demandas da população. Essa dinâmica confirma as reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2002), que defende a democratização da democracia por meio da ampliação dos espaços de deliberação pública.

Dessa forma, a eleição de 2024 em Ferreiros representa um caso emblemático de legitimação política baseada na escuta popular, e não apenas na disputa eleitoral tradicional. “Como pode ser observado na **Figura 2**, o diálogo entre o gestor e a população foi uma constante durante o período eleitoral.

Figura 2 – Prefeito de Ferreiros-PE dialogando com moradores da Zona Rural durante o primeiro mandato.





Fonte: Oliveira, 2023.

Essa experiência contribui para o fortalecimento da cultura democrática local e constitui um exemplo significativo de governança participativa em municípios de pequeno porte.

3. A geografia eleitoral como instrumento de educação política

A integração entre o conteúdo geográfico e o processo eleitoral permitiu a construção de uma sequência didática voltada à compreensão do espaço político e da cidadania. Nas atividades propostas, os estudantes foram incentivados a analisar mapas eleitorais do município, comparando resultados por zonas e seções. Esse exercício contribuiu para que percebessem as diferentes territorialidades políticas existentes dentro do mesmo espaço urbano, como já destacava Carlos (1996) ao afirmar que o lugar, mesmo inserido em processos globais, mantém suas particularidades e dinâmicas próprias.

Além disso, o uso de dados reais despertou o interesse dos alunos e possibilitou o debate sobre participação política, polarização e democracia local, promovendo a aprendizagem significativa de conteúdos curriculares como território, poder e espaço geográfico. Essa relação entre teoria e prática reforça o papel da Geografia como ciência social comprometida com a formação de cidadãos críticos e conscientes.

4. Síntese dos achados



De modo geral, os resultados demonstram que a combinação entre o estudo do espaço geográfico e o processo eleitoral local contribui para o fortalecimento da Educação Política e para o desenvolvimento do pensamento crítico dos jovens. As práticas de escuta e diálogo observadas na gestão pública de Ferreiros-PE revelam que a democracia pode ser aprendida e vivenciada no cotidiano, dentro e fora da escola. Assim, a pesquisa reafirma que o espaço é, ao mesmo tempo, objeto de ensino e prática política, e que a Geografia tem papel central na construção de uma cidadania territorialmente situada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que as eleições municipais, quando analisadas a partir de uma perspectiva geográfica e educativa, constituem um importante instrumento de formação cidadã e de fortalecimento da democracia local. O caso de Ferreiros-PE, em 2024, demonstrou que a escuta popular e o diálogo constante entre gestor e comunidade são práticas capazes de legitimar o poder político e de promover o engajamento da população, sobretudo dos jovens, no processo democrático.

Ao integrar o processo eleitoral ao ensino de Geografia, torna-se possível transformar um evento político em um recurso pedagógico, aproximando o conteúdo escolar da realidade dos estudantes e estimulando a reflexão sobre o território como espaço de poder, disputa e pertencimento. A proposta de sequência didática construída a partir dessa experiência mostrou-se eficaz para despertar o interesse dos alunos e desenvolver competências críticas relacionadas à cidadania e à participação política.

A pesquisa reforça, ainda, a relevância da Educação Política como componente essencial na formação de sujeitos conscientes e atuantes em suas comunidades. Ao compreender o espaço geográfico como resultado das relações sociais e políticas, o ensino de Geografia amplia sua função educativa, ultrapassando o campo teórico e contribuindo para a construção de uma cultura democrática enraizada no cotidiano.

Por fim, conclui-se que o estudo das eleições locais, associado a metodologias participativas e contextualizadas, oferece ao professor de Geografia uma oportunidade de ressignificar sua prática pedagógica. Em municípios de pequeno porte, como Ferreiros, essa integração entre escola, território e política se mostra especialmente significativa, pois fortalece o sentimento de pertencimento e o compromisso com o desenvolvimento coletivo. Assim, a Geografia reafirma seu papel como ciência que educa para a cidadania e para a transformação social.



AGRADECIMENTOS

A autora expressa seus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização desta pesquisa. Em especial, ao prefeito reeleito de Ferreiros-PE, José Roberto de Oliveira, pela disponibilidade em conceder a entrevista e compartilhar suas experiências, fundamentais para a compreensão da dinâmica política local.

Agradece também à comunidade ferreirense, cuja participação e acolhimento tornaram possível a observação direta do processo eleitoral e o aprofundamento das reflexões sobre cidadania e democracia no espaço local.

Estende-se o agradecimento aos professores e colegas do curso de Geografia, pelas orientações, diálogos e contribuições teóricas que enriqueceram o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, um agradecimento especial à família, pelo apoio incondicional, incentivo e compreensão durante todas as etapas da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Democracia e os espaços públicos no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIERRE, Jon. Debating governance: authority, steering, and democracy. Oxford: Oxford University Press, 2000.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Boletins de urna e resultados das eleições municipais de 2024 – Município de Ferreiros/PE. Brasília: TSE, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 22 Maio. 2025.

